

GOVERNANÇA CORPORATIVA EM COOPERATIVAS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL E INTERNACIONAL ENTRE OS ANOS DE 2002 À 2022

Nelinho de Jesus Vieira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Mestre em Contabilidade pela (UNIOESTE)

Edegar Luiz Del Sent

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Mestre em Contabilidade pela (UNIOESTE)

Gilmar Ribeiro de Mello

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo - FEA/USP

RESUMO

O propósito deste trabalho consistiu em avaliar a produção científica nacional e internacional sobre a temática governança corporativa em cooperativas para o período compreendido entre os anos de 2002 a 2022. Diante disso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e bibliométrica, tendo como base de dados a plataforma Scopus e Google Acadêmico, com a aplicação das três Leis da bibliometria, sendo elas: Lei de Bradford, Lei de Lotka e Lei de Zipf, com a intenção de analisar produção científica a respeito do tema. Os resultados foram satisfatórios, visto a considerável produção científica nos periódicos. O presente estudo verificou que os requisitos atendem os preceitos da Lei de Bradford onde grupo menor de periódicos, concentra um percentual de representatividade de produção de artigos. Em relação a Lei de Lotka os resultados não demonstraram grande expressividade de produções em periódicos nacionais, apenas seis virgula vinte e cinco por cento dos autores publicaram mais de um artigo, em periódicos internacionais todos os autores analisados possuem apenas um trabalho publicado. Para a Lei de Zipf foi aplicado sobre os títulos e palavras-chave, dos trabalhos nacionais em análise neste estudo, observou-se que os termos cooperativas, governança, corporativa, corporativismo, administração, pública, desempenho, organizacionais, estratégias estão presentes com maior frequência. Já em estudos internacionais, observou-se as palavras cooperativas, governance, stakeholders e corporate social.

Palavras-chave: Governança Corporativa, cooperativas, governance, corporativismo

CORPORATE GOVERNANCE IN COOPERATIVES: A BIBLIOMETRIC STUDY OF NATIONAL AND INTERNATIONAL SCIENTIFIC PRODUCTION BETWEEN THE YEARS 2002 TO 2022

ABSTRACT

The purpose of this work was to evaluate the national and international scientific production on the theme of corporate governance in cooperatives for the period between the years 2002 to 2022. In light of this, a bibliographical and bibliometric research was carried out, having as a database the platform Scopus and Google Scholar, with the application of the three Laws of bibliometrics, namely: Bradford's Law, Lotka's Law and Zipf's Law, with the intention of analyzing scientific production on the subject. The results were satisfactory, given the considerable scientific production in the journals. The present study found that the requirements meet the precepts of Bradford's Law, where a smaller group of journals concentrates a percentage of representativeness in the production of articles. Regarding Lotka's Law, the results did not show great expressiveness of productions in national journals, only six point twenty-five percent of the authors published more than one article, in international journals all the analyzed authors have only one published work. For Zipf's Law was applied on the titles and keywords, of the national works under analysis in this study, it was observed that the terms cooperatives, governance, corporate, corporatism, administration, public, performance, organizational, strategies are present with greater frequency. In international studies, the words cooperative, governance, stakeholders and corporate social were observed.

Keywords: Corporate Governance, cooperatives, governance, corporatism

1. INTRODUÇÃO

O surgimento e desenvolvimento da governança corporativa nas companhias de capital abertas se deram por questões de agência nos processos de injeção de capital, necessidade de maior transparência nas decisões empresariais e conflitos de interesse entre diferentes acionistas e detentores de títulos de dívida (Fontes Filho, Ventura & Oliveira, 2008b; Bianchi et al., 2009). Esse movimento foi impulsionado por problemas de controle interno e apresentação de resultados enfrentados por grandes empresas nas décadas de 1990/2000 (Fontes Filho, Marucci & Oliveira, 2008a).

O início das discussões sobre governança corporativa é, em grande parte, atribuível ao surgimento da crise financeira e dos escândalos corporativos (Enron e

WorldCom) nos anos 2000, pois questionaram principalmente as formas de evidenciação de suas informações contábeis (Aguilera, Desender, Bednar & Lee, 2015; Chhaochharia & Laeven, 2009). Além disso, a intensa atividade de aquisições e reestruturação da década de 1980 (Christopher, 2010), a inserção de mecanismos de proteção contra aquisições hostis, altos níveis de remuneração dos executivos e as crises financeiras na Ásia, Rússia e Brasil da década de 1990 (Christopher 2010), também contribuíram para o desenvolvimento desse tema.

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas segundo o Instituto Brasileiro de Governança corporativa (IBGC, 2015).

Em relação a Governança Corporativa em Cooperativas o IBGC apresenta que elas são parte relevante da economia brasileira e a adoção de práticas de governança pode contribuir para aprimorar sua administração e os relacionamentos entre todos os agentes desse sistema (cooperados, administradores, funcionários e a sociedade), reduzindo possíveis conflitos e riscos inerentes a esse tipo de organização. (IBGC, 2015)

Segundo Silveira (2004), a pesquisa sobre o tema governança corporativa tem como foco demonstrar melhorias no desempenho corporativo por meio da adoção de princípios de governança corporativa. Por conta dessa disseminação das pesquisas sobre governança corporativa e sua evolução ao longo dos anos, torna-se relevante o conhecimento estruturado das pesquisas publicadas até o momento.

Os estudos relacionados à governança corporativa avançaram de forma muito rápida, em um período, relativamente curto, para os autores Kreuzberg, et al., (2019) a governança corporativa tornou-se um dos temas mais discutidos no mundo dos negócios com grande impacto acadêmico e prático. A pesquisa dos autores teve como objetivo identificar, a partir da análise da literatura, o desenvolvimento da temática e as oportunidades de pesquisa. Para Sonza (2013) com seu artigo intitulado: A Governança Corporativa Influencia a Eficiência das Empresas Brasileiras, apresenta o clássico conflito de interesses entre agente e principal discutido pela Teoria da Agencia. Gomes (2016) em seu estudo sobre

Características da Governança Corporativa como Estímulo à Gestão Fiscal apresenta uma investigação de como a governança corporativa utiliza o gerenciamento tributário para aumentar o desempenho das empresas.

Observou-se também alguns estudos apresentados com foco na área de governança corporativas em cooperativas. Os autores Serafim & Pereira (2015) em seu estudo Modelo Diagnóstico de Governança Corporativa em Cooperativas de Saúde propõe um modelo diagnóstico para avaliar o nível de consolidação das práticas de Governança Corporativa em organizações cooperativas operadoras de planos de saúde. No artigo Governança Corporativa e Conflitos de Agência em Cooperativas Agropecuária escrito pelos autores Américo, Silva & Caleman (2018) apresentam um estudo para analisar adoção de práticas de governança corporativa em cooperativas agropecuárias. Ressalta-se que as cooperativas diferem de outras organizações na medida em que os cooperados são proprietários, usuários e consumidores de seus produtos ao mesmo tempo (Costa, 2010).

Diante do exposto, percebe-se que a governança corporativa é um meio que pode proporcionar maior transparência na gestão das organizações, nesse sentido, torna-se relevante a análise sobre os estudos científicos sobre essa temática.

Desta maneira, o estudo busca responder a seguinte pergunta: **Qual o estágio do desenvolvimento da pesquisa em governança corporativa em cooperativas em âmbito nacional e internacional, no período de 2002 a 2022?**

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar o estágio do desenvolvimento da pesquisa sobre governança corporativa em cooperativas, considerando os artigos publicados em periódicos nacional e internacional, no período de 2002 a 2022.

Esse estudo justifica-se à medida que análises de forma sistematizada se fazem necessárias para a evolução da literatura. Estudos sobre Governança corporativa tem sido criticada por apresentar conceitos divergentes que acabam se refletindo em resultados empíricos mistos, dificultando a construção da informação. Mesmo em décadas de pesquisa sobre a governança corporativa discutir diferentes abordagens, nesse sentido, os autores perceberam a lacuna de pesquisa e optou-se em realizar uma análise nacional e internacional das pesquisas sobre governança corporativa em cooperativas nos últimos 20 anos.

Com relação a delimitação desta pesquisa, os artigos analisados são originários das bases de dados Scopus e Google Acadêmico, e dizem respeito ao recorte temporal compreendido entre os anos de 2002 à 2022, sendo observadas as propriedades referentes a: quantidade de produção científica publicada; produtividade de artigos por periódico científico, por meio da Lei de Bradford. Com isso, este trabalho será embasado nas Leis clássicas da bibliometria.

Este artigo está estruturado em cinco seções, a primeira parte é apresentada a introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico que consiste na Teoria da Agência, Teoria da Divulgação, Governança Corporativa e Governança Corporativa em Cooperativas. Na terceira seção constam os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa. Na sequência, a quarta seção apresenta os resultados encontrados. Por fim, na última sessão constam as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são abordados e discutidos os conceitos relacionados à Teoria da Agência, Teoria da Divulgação, Governança Corporativa e Governança Corporativa em Cooperativas.

2.1. Teoria da Agência

A teoria da agência deve ser entendida como a relação envolvendo um contrato em que uma ou várias pessoas entendidas como o (os) principal (is), delega a uma outra pessoa compreendida como (agente) a função de desenvolver em seu nome uma atividade que implica em repassar poderes de tomadas de decisão ao agente (Jensen & Meckling, 2019). Dessa forma, ocorre que o agente se compromete a desenvolver determinadas tarefas em nome do principal, e o principal por sua vez, responsabiliza-se em proporcionar uma remuneração ao agente (Hendriksen & Van Breda, 1999).

Nessa relação de principal e agente, os proprietários são percebidos como

aqueles que avaliam as informações e os seus agentes são os responsáveis pelas tomadas de decisões (Hendriksen & Van Breda, 1999). Diante disso, a teoria da agência almeja auxiliar na tentativa de resolver possíveis problemas que possam ocorrer entre o relacionamento o principal e o agente. São dois os principais problemas que podem originar-se nessa relação, primeiro quando os interesses do principal entram em conflito com o do o agente; segundo, quando o agente e o principal adotam diferentes posturas em relação ao risco (Eisenhardt, 2015).

Destaca-se que o principal motivo do conflito entre o principal e o agente concentra-se na forma de divulgação das informações aos usuários, pois se as informações fornecidas estiverem incompletas, afetará a tomada de decisão e não poderá atender às suas necessidades, que é entendida como assimetria de informação (Hendriksen & Van Breda, 1999). (Hendriksen & Van Breda, 1999). Diante disso, estudiosos considerados positivistas, enfatizam em seus estudos os principais mecanismos de governança que buscam minimizar conflitos de agência. Em relação aos contratos baseados em resultados e desenvolvimento de sistemas de informações, o agente é auxiliado por essas ferramentas para que realize suas atividades alinhadas com o interesse do principal (Eisenhardt, 2015).

2.2. Teoria da Divulgação

No momento de produzir e realizar a divulgação das informações, as organizações precisam levar em consideração todas as consequências que possam ocorrer em virtude dessa atitude (Silva, Slewinski, Sanches & Moraes, 2015). Diante disso, destaca-se que apesar de os usuários fazerem a avaliação das empresas levando em consideração as experiências que tiveram e o conhecimento dessas, percebe-se que eles também buscam comparações para avaliar a reputação das organizações, onde nesse mercado a divulgação de informações tem peso expressivo e contribui para o fortalecimento da imagem das organizações (Cruz & Lima, 2010).

Os autores Rufino e Monte (2015), apresentam a existência de duas vertentes de divulgação: a obrigatória e a voluntária. As obrigatórias possuem um padrão para serem elaboradas e, posteriormente divulgadas, em oposto, as divulgações voluntárias estão relacionadas a variáveis endógenas da empresa, ou seja, estão

contidas na decisão do gestor quando a sua realização. No entanto, a adoção e a divulgação voluntária, proporciona uma riqueza de informações aos usuários, demonstrando transparência organizacional e minimizando a assimetria de informações, fator que provoca uma grande discussão no ambiente corporativo (Forte et al., 2015).

Assim sendo, a Teoria da Divulgação, procura apresentar explicações sobre os fatores que interferem na decisão dos gestores em fazerem a divulgação de informações relacionadas a questões financeiras e procura apoiar o entendimento sobre quais motivos levam o gestor a reter ou divulgar determinada informação (Verrecchia, 1983).

Constata-se a necessidade da divulgação das informações como forma de justificar a sociedade onde está sendo utilizado o recurso, Soares (2004) indica que as entidades ao assumir uma postura socialmente responsável significam, portanto, a empresa não se restringir a sua função econômica, passando a orientar-se pela função ética da responsabilidade social corporativa.

Com isso, na seção subsequente são apresentados e detalhados conceitos sobre governança corporativa.

2.3. Governança Corporativa

A governança corporativa é um processo que objetiva minimizar os conflitos e custos quando se trata de questões de agência, ou seja, está relacionada com a tomada de decisão da alta direção (Silveira, 2010).

Em virtude de crises ocorridas com grandes empresas como, por exemplo, a Enron, empresa de grande expressividade no ramo de energia elétrica do mundo, e situação ocorrida com WorldCom, empresa de telecomunicações de grande potencial a nível mundial, a partir do século XXI, a governança corporativa ganhou um novo direcionamento, principalmente no que refere-se ao alinhamento de interesses do agente e do principal, ou seja, as organizações necessitavam de novas práticas de controle a fim de proporcionar maior segurança aos acionistas (Silva, Bonfim, Gonçalves, & Niyama, 2018).

Dessa forma, destaca-se que a aplicação dos princípios de governança corporativa, apresentam-se com maior eficácia na gestão organizacional a ponto de

gerar maior transparência e qualidade no processo decisório, e isso cria repercussão positiva no mercado financeiro, atraindo novos investimentos e investidores (Silva et al., 2018).

Além das informações sobre o desempenho econômico e financeiro das organizações, os acionistas também buscam saber como está sendo conduzida a empresa na qual confiou seus investimentos, nesse sentido, boas práticas de governança corporativa possibilitam maior confiança e assertividade na tomada de decisão (Almeida, Santos, Ferreira & Torres, 2010).

Diante do exposto, observa-se que o crescimento e desenvolvimento de um país requer uma economia sólida e consolidada com organizações que tenham credibilidade perante investidores e interessados no mercado de capitais, para que isso possa se tornar possível, é necessárias adoções de mecanismos de governança corporativa, por meio de padrões de conduta que objetivam proteger os interesses da alta gestão, dos investidores e também dos credores (Ferreira, Santos, Lopes, Nazareth, & Fonseca, 2013).

Segundo os autores citados, a adoção de mecanismo de governança corporativa, ocorre para atender normas institucionais ou ainda, para se enquadrar nas regras e condições do novo mercado da Bolsa de Valores, onde é possível uma maior captação de recursos e minimização de custos de capital, o que reflete de forma positiva na rentabilidade da organização.

Ainda, observa-se a governança corporativa nas Cooperativas como sociedade de pessoas, constituídas para prestar serviços aos associados, as cooperativas têm sua distribuição de resultados vinculada às operações efetuadas pelo associado com a cooperativa e desvinculada da participação no capital, assim como possuem seus direitos políticos vinculados unicamente às pessoas, não importando a participação no capital. A governança pode contribuir para aprimorar sua administração e os relacionamentos entre todos os agentes desse sistema (IBGC, 2015).

2.4. Governança Corporativa em Cooperativas

O cooperativismo teve início em 1844, na cidade de Rochdale-Manchester,

no interior da Inglaterra. Sem conseguir comprar o básico para sobreviver nos mercados da região, um grupo de 28 trabalhadores (27 homens e uma mulher) se uniram para montar seu próprio armazém. Com uma proposta simples, mas engenhosa: comprar alimentos em grande quantidade, para conseguir preços melhores. Tudo o que fosse obtido seria dividido igualmente entre o grupo. Nascia, então, a “Sociedade dos Probos de Rochdale” – primeira cooperativa moderna, que abriu as portas pautada por valores e princípios morais considerados, até hoje, a base do cooperativismo. Entre eles a honestidade, a solidariedade, a equidade e a transparência. A ideia dos 28 trabalhadores prosperou. Quatro anos após sua criação, a cooperativa já contava com 140 membros. Doze anos depois, em 1856, chegou a 3.450 sócios com um capital social que pulou de 28 libras para 152 mil libras. (OCB, 2022)

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa, estimulada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Oficialmente, nosso movimento teve início em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto – cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Depois dela, surgiram outras cooperativas em Minas e nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. (OCB, 2022)

A governança corporativa surgiu em um período de grande dispersão da propriedade do capital e alto grau de independência na gestão das sociedades de capitais (Dubeux, 2001). A excessiva liberdade dada aos gestores corporativos começa a ser questionada, e surgem discussões e debates que visam limitar a atuação desses gestores corporativos.

De acordo com o princípio do corporativismo, uma de suas características é que os membros da cooperativa têm apenas um voto nas tomadas de decisão e, além disso, a distribuição dos resultados obtidos pela cooperativa deve ser proporcional ao número de cooperativas. Cooperados e atividades cooperativas cujo objetivo é trazer benefícios ao invés de lucros para o associado, nessa perspectiva, Bialoskorski Neto e Zylberrszajn (1994) apontaram que as cooperativas estão localizadas entre a economia privada e o mercado dos cooperados, aparecem como estruturas intermediárias que agrupam interesses

comuns. Os autores argumentam que, do ponto de vista econômico, as cooperativas não têm a existência autônoma e independente de seus associados como as sociedades de capital, mas surgem como organizações intermediárias que atendem a serviços e às necessidades específicas dos cooperados.

As cooperativas diferem de outras organizações porque os membros das cooperativas são proprietários, usuários e consumidores de seus produtos ao mesmo tempo, e o direito de controle é independente do direito ao desperdício (Costa, 2010).

No tocante à fundamentação legal do cooperativismo, as cooperativas são regidas internamente pelos estatutos sociais e regimentos internos. O estatuto social descreve direitos e deveres dos cooperados, com capítulos que versam sobre denominação, sede, foro, prazo de duração, área de ação e ano social; objetivos; admissão, eliminação e exclusão dos cooperados; capital social; assembleia geral ordinária e extraordinária; conselho de administração; conselho fiscal; eleições; voto; balanço, despesas, sobras, perdas, fundos; livros obrigatórios; dissolução e liquidação; disposições gerais, transitórias; outros assuntos de interesse da sociedade cooperativa, desde que não transgridam a lei cooperativista (Albino, 2004).

Na visão conceitual legal, a Lei n.º 5.764/1971, de 16 de dezembro de 1971, a “Lei do Cooperativismo”, em seu parágrafo 4.º, define cooperativas como: “[...] sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas de, no mínimo, vinte pessoas físicas para prestar serviços aos associados” (BRASIL, 1971, p. 1).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (COB) (2004), os princípios cooperativistas são: 1) A adesão livre e voluntária; 2) Gestão Democrática pelos Membros; 3) Participação Econômica dos Membros; 4) Autonomia e Independência; 5) Educação, Formação e Informação; 6) Intercooperação; e 7) Preocupação com a comunidade.

No Brasil, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) confirma a representatividade do setor cooperativista, uma vez que em 2021 existiam aproximadamente 4.800 mil cooperativas, totalizando cerca de 18,8 milhões de cooperados, além de gerar trabalho e renda para aproximadamente 493.277

pessoas segundo dados relativos ao ano de 2021.

Os benefícios resultantes são a principal motivação para explicar a participação dos cooperados nas cooperativas (Barton, 1989). Os autores observam que esses benefícios podem ser entendidos como: i) a oportunidade de comprar ou vender para cooperativas a preços justos e eficientes; ii) menores custos por meio de economias de escala e coordenação e iii) aumento do poder de mercado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo classifica-se como descritivo de caráter teórico (Raupp, Beuren, 2003; Silva, 2010), e as técnicas de pesquisa empregadas foram a bibliográfica e bibliométrica. A pesquisa bibliográfica possibilita a compreensão do material científico existente sobre o tema (Silva, 2010), enquanto a bibliometria consiste na verificação de aspectos quantitativos com a utilização de técnicas de estatística para medir a produção de um determinado assunto científico (Oliveira, 2002). Além disso, o estudo utilizou-se de uma abordagem qualitativa, explicada pelo tratamento dos dados por meio de estudos bibliométricos e análise de frequência.

O universo de pesquisa compreendeu artigos Científicos publicados e disponibilizados na base de dados Scopus e Google Acadêmico na temática governança corporativa em cooperativas. A coleta de dados ocorreu no mês de junho do ano de 2022.

O processo de seleção dos artigos ocorreu seguindo os passos: a) seleção das palavras-chaves aplicadas nos filtros de pesquisa das bases de dados; b) coleta de dados nas bases de Periódicos Scopus e Google Acadêmico; c) seleção dos artigos, realizada por meio da leitura dos títulos e resumos. A palavra-chave utilizada para a seleção dos artigos científicos na base Google Acadêmicos foi “governança corporativa cooperativas” e na base de dados Scopus “corporate governance” cooperatives, optou-se no filtro da base dados para selecionar apenas artigos que contivessem em título do artigo e/ou resumo e/ou palavra-chave.

O recorte temporal para esta pesquisa compreende o intervalo de tempo entre os anos de 2002 à 2022. Desta forma, a coleta resultou, inicialmente, de 152 artigos científicos. Na sequência, realizou-se a verificação dos artigos duplicados e que de alguma forma não atenderam ao tema proposto, com isso, restaram 66 artigos na composição do

estudo, sento 32 estudos nacionais e 34 internacionais.

A categoria de análise baseia-se na pesquisa de Ferreira (2010) e Ribeiro e Santos (2015), que utilizaram três leis clássicas da bibliometria: a lei de Bradford, que mede a relevância de um periódico para o tema da pesquisa; a lei de Lotka, onde a produtividade do autor será mensurada por um modelo de distribuição tamanho-frequência, levando em consideração aspectos de coautoria; e a Lei de Zipf, na qual será demonstrado o número de ocorrências de palavras validadas no conteúdo da pesquisa científica considerada no trabalho.

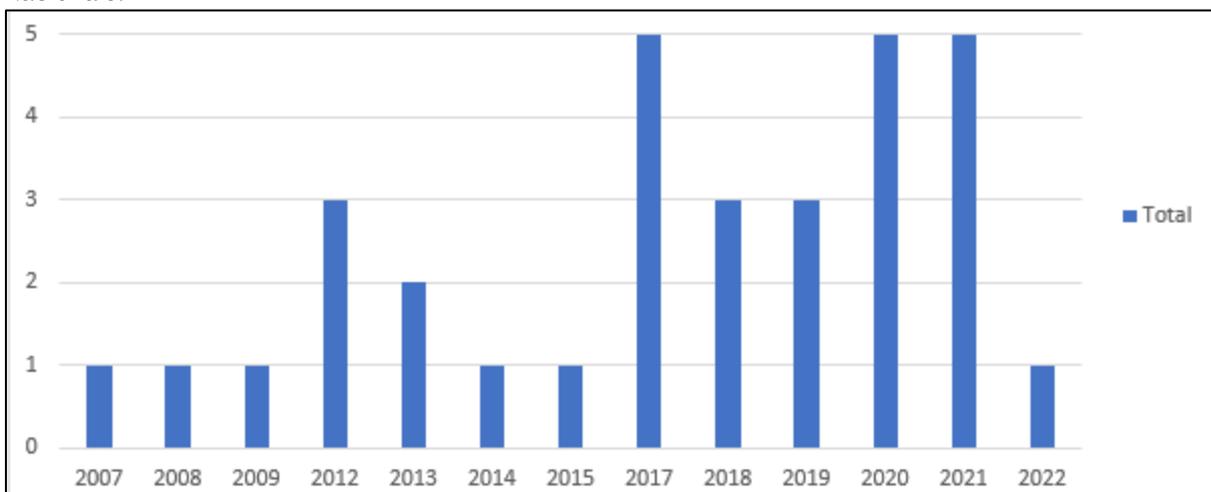
A operacionalização da análise dos resultados obtidos da busca realizada no banco de dados foi tabulada com auxílio do software Microsoft Excel, além da criação de gráficos e tabelas que auxiliaram na interpretação dos dados.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados referentes a produção científica sobre o tema Governança Corporativa em Cooperativas, relativo aos anos de 2002 a junho de 2022. Primeiramente são apresentados os resultados sobre a evolução das pesquisas científicas durante o recorte temporal, na sequência, tratar-se-á a respeito da produtividade de cada periódico conforme a Lei de Bradford. Em consonância será demonstrado a produção dos autores, conforme Lei de Lotka, e elencadas as características dos autores e instituições de vinculação. Por fim, será apresentada a frequência de palavras de acordo com a Lei de Zipf.

Com a finalidade de demonstrar a evolução da produção científica sobre a Governança Corporativa em Cooperativas, nos periódicos analisados em âmbito nacional, foi gerada a Figura 1, na qual estão classificadas por ano as quantidades de artigos publicados.

Figura 01. Evolução dos trabalhos sobre Governança Corporativa em Cooperativas em Periódicos Nacionais.

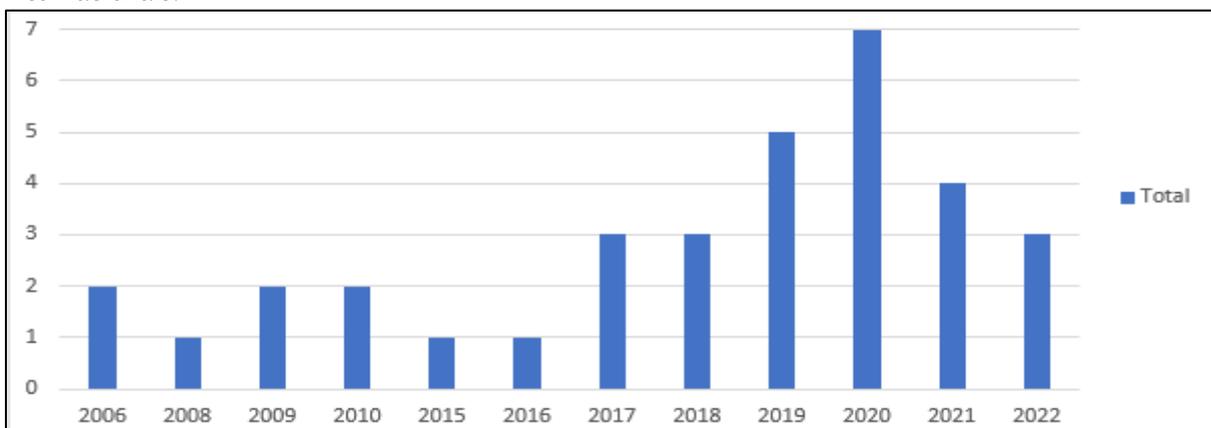


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme apresentado na Figura 01, os períodos de 2017, 2020 e 2021, foram os anos com a maior quantidade de artigos publicados em periódicos nacionais, representando 15,63%, com 5 artigos publicados em cada período. Já nos anos de 2012, 2018 e 2019, o percentual de publicações foi de 9,38% por período, ou seja, 3 estudos em cada ano.

Na Figura 02, está apresentada a evolução das produções dos periódicos internacionais.

Figura 02. Evolução dos trabalhos sobre Governança Corporativa em Cooperativas em Periódicos Internacionais.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação a evolução dos trabalhos publicados em periódicos internacionais sobre o tema governança corporativa em cooperativa, se destaca os períodos 2020,

que apresenta o maior percentual (20,59%) correspondendo a 7 artigos publicado; 2019, com um percentual de 14,71% dos estudos publicados, com 5 estudos; e 2021, com 4 artigos publicados, representado um percentual de 11,76 % do total.

Na Tabela 1, os trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais estão apresentados conforme a Lei de Bradford, ou seja, os estudos publicados foram organizados sob o aspecto de proximidade e afastamento, e assim é possível determinar o grau de produtividade dos periódicos em destaque (Araújo, 2006).

Tabela 1. Distribuição conforme a Lei de Bradford - Periódicos Nacionais e Internacionais

PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS NACIONAIS				
Zona de	Fator de	Periódicos	Soma Nº de Artigos	% de Artigos
A		8	14	43.75
B	2.28	18.24	10	31.25
C	2.28	41.58	8	25.00
Total			32	100.00
PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS INTERNACIONAIS				
Zona de	Fator de	Periódicos	Soma Nº de	% de Artigos
A		9	16	47.06
B	2.28	20.52	11	32.35
C	2.28	46.78	7	20.59
Total			34	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme Tabela 1, observa-se os resultados dos estudos conforme a Lei de Bradford, apresentados de acordo com a zona de classificação. Os periódicos classificados na zona de classificação A, são denominados de concentração, já os periódicos da zona de classificação B, são considerados de média produtividade, e os periódicos que se encontram na zona de classificação C, são entendidos como periódicos de baixa produtividade.

Para compilar a quantidade de periódicos, tanto nacional quanto internacional, por zona de classificação, adotou-se: na zona de concentração A, considerou-se um terço dos artigos utilizados nesta revisão bibliométrica, e as zonas B e C aplicou-se o fator de multiplicação sobre a quantidade obtida na zona A e após aplicou-se novamente o fator sobre a quantidade obtida na zona B para obter o valor da zona C. (Lousada, Garcia, Woida, Dal'Evedove, Garcia & Valentim, 2012). Dessa forma, foi possível verificar que as publicações em periódicos nacionais e internacionais possuem semelhança, pois os valores são parecidos, pois, na zona de concentração referente as publicações em periódicos nacionais, os

resultados demonstraram quatorze artigos na zona de concentração enquanto que em periódicos internacionais, foram dezesseis, já na zona de média classificação, foram dez e onze respectivamente e na zona de baixa produtividade, forma oito e sete respectivamente.

Na Tabela 2, apresenta-se a distribuição da produtividade nos periódicos nacionais relacionado aos estudos conforme o tema em análise e de acordo com a disseminação dos artigos considerando a Lei de Bradford.

Tabela 2. Distribuição da Produtividade Nacional de acordo com a Lei de Bradford

Periódicos	Nº de Artigos	% de Artigos	Frequência Acumulada	Zona de Classificação
REVESCO Revista de Estudos Cooperativos	3	9.38	9.38	Zona A: Concentração
Ciência & Saúde Coletiva	3	9.38	18.76	
Revista da Micro e Pequena Empresa	2	6.25	25.01	
Revista de Economia e Sociologia Rural	2	6.25	31.26	
Revista Gestão & Conexões	1	3.13	34.38	
Pensar Contábil	1	3.13	37.51	
Ciencias administrativas	1	3.13	40.63	
Administração de Empresas em Revista	1	3.13	43.76	
Civitas-Revista de Ciências Sociais	1	3.13	46.88	Zona B: Média Produtividade
RAC-Revista de Administração Contemporânea	1	3.13	50.01	
Gestao e Producao	1	3.13	53.13	
Revista Alcance	1	3.13	56.26	
Informe Gepec	1	3.13	59.38	
Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	1	3.13	62.51	
Revista Lex	1	3.13	65.63	
P2P E INOVAÇÃO	1	3.13	68.76	
Revista de Administração e Negócios da	1	3.13	71.88	Zona C: Baixa Produtividade
Revista Cafi	1	3.13	75.01	
Revista de Gestão Social e Ambiental	1	3.13	78.13	
Ambiente & sociedade	1	3.13	81.26	
Revista Economia & Gestão	1	3.13	84.38	
Revista de Sociologia e Política	1	3.13	87.51	
Revista Eletrônica de Educação	1	3.13	90.63	
Revista Eletronica de Estrategia e Negocios	1	3.13	93.76	
Revista Inteligência Competitiva	1	3.13	96.88	
Revista Turismo em Análise	1	3.13	100.00	
Total	32	100.00		

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com os percentuais apresentados na Tabela 2, é possível verificar que do total de artigos que compõem este estudo, 43,76% encontram-se na zona A, classificada como zona de concentração, e esse percentual representa 14 artigos publicados. Além disso, constatou-se que oito periódicos contemplam 43,75% do total dos artigos publicados. O restante dos trabalhos publicados, estão divididos nas outras duas zonas de classificação, sendo que na zona B, entendida como de

média produtividade, concentram-se 31,25% dos artigos publicados o que corresponde a dez trabalhos, já na zona C, classificada como de baixa produtividade, encontram-se 25%, correspondendo a oito estudos publicados.

Na Tabela 3, estão organizadas as quantidades de publicações em periódicos internacionais conforme a zona de classificação, considerando a Lei de Bradford.

Tabela 3. Distribuição da Produtividade Internacional de acordo com a Lei de Bradford

Periódicos	Nº de Artigos	% de Artigos	Frequência Acumulada	Zona de Classificação
Corporate Ownership and Control	3	8.82	8.82	Zona A: Concentração
Sustainability (Switzerland)	3	8.82	17.65	
Future Studies Research Journal:	2	5.88	23.53	
Corporate Governance: An	2	5.88	29.41	
CIRIEC-Espana Revista de Economia	2	5.88	35.29	
Research, Society and Development	1	2.94	38.24	
Economic Analysis of Law Review	1	2.94	41.18	
Economic and Industrial Democracy	1	2.94	44.12	
International Journal of Finance and	1	2.94	47.06	
Journal of Business Ethics	1	2.94	50.00	
Journal of Co-operative Organization	1	2.94	52.94	
Problems and Perspectives in	1	2.94	55.88	
Journal of Economics/ Zeitschrift fur	1	2.94	58.82	
RAUSP Management Journal	1	2.94	61.76	
Journal of Environmental Analysis and	1	2.94	64.71	
Boletin de la Asociacion Internacional	1	2.94	67.65	
Journal of Law and Society	1	2.94	70.59	
Journal of Management and	1	2.94	73.53	
Journal of Modelling in Management	1	2.94	76.47	
Journal of Sustainable Finance and	1	2.94	79.41	Zona C: Baixa Produtividade
Socio-Economic Review	1	2.94	82.35	
Work, Employment and Society	1	2.94	85.29	
Academia Revista Latinoamericana de	1	2.94	88.24	
Management Research	1	2.94	91.18	
World Development	1	2.94	94.12	
Managerial Finance	1	2.94	97.06	
Observatorio de la Economía	1	2.94	100.00	
Total Geral	34	100.00		

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme pode ser observado na Tabela 3, apenas nove periódicos são responsáveis pela maior quantidade de trabalhos publicados em periódicos internacionais, totalizando dezesseis estudos, o que corresponde a 47,06% do total de artigos publicados, e estão classificados na zona de concentração A, de maior produtividade. Na zona de classificação B, periódicos com média produtividade, encontram-se onze periódicos, totalizando onze artigos publicados, o que corresponde a 32,35% do total dos artigos publicados, e na zona C, de baixa produtividade, destacam-se sete periódicos, totalizando sete artigos publicados,

representando 20,59% da totalidade.

Na Tabela 4, apresenta-se a organização dos dados conforme a produtividade de cada autor, em periódicos nacionais e internacionais, de acordo com os preceitos da Lei de Lotka. Dessa forma, é possível verificar o percentual de produtividade individual sobre o tema pesquisado. Essa organização torna-se relevante, pois, conforme assevera Ferreira (2010), um percentual de grande expressividade da produção científica é desenvolvido por uma quantidade pequena de autores, e por outro lado, um elevado quantitativo de pesquisadores, apresentam uma pequena quantidade de produção científica.

Tabela 4. Produtividade dos Autores em Periódicos Nacionais e Internacionais

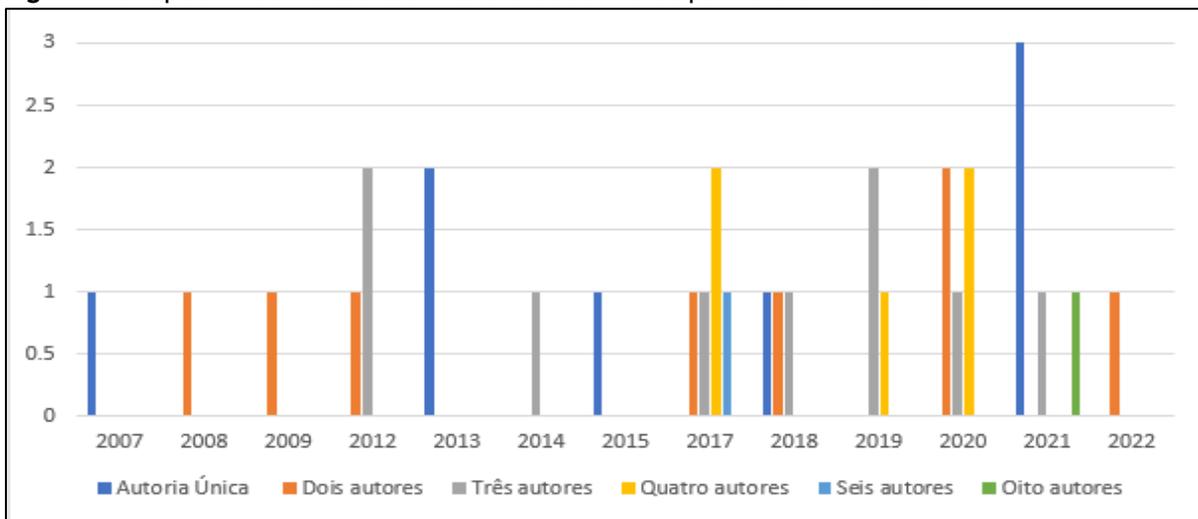
PERIÓDICOS NACIONAIS		
Quantidade de Artigos Publicados	Quantidade de Autores	Percentual dos Autores
2	5	6.25%
1	75	93.75%
Total	80	100%
PERIÓDICOS INTERNACIONAIS		
Quantidade de Artigos Publicados	Quantidade de Autores	Percentual dos Autores
1	90	100%
Total	90	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme apresentado na Tabela 4, é possível verificar que nas pesquisas científicas relacionadas ao tema Governança Corporativa em Cooperativas, um percentual de pequena expressividade de autores publicou mais de um artigo nos periódicos nacionais. Apenas cinco autores publicaram dois artigos cada um, o que representa 6,25% do total, setenta e cinco autores publicaram um artigo cada, que corresponde a 97,75% dos trabalhos da amostra. Em relação aos trabalhos publicados em periódicos internacionais, 100% dos autores, publicaram apenas um artigo cada.

Na Figura 3, está demonstrado as especificidades das autorias referente aos artigos dos periódicos nacionais.

Figura 03. Especificidades das autorias dos trabalhos de periódicos nacionais.

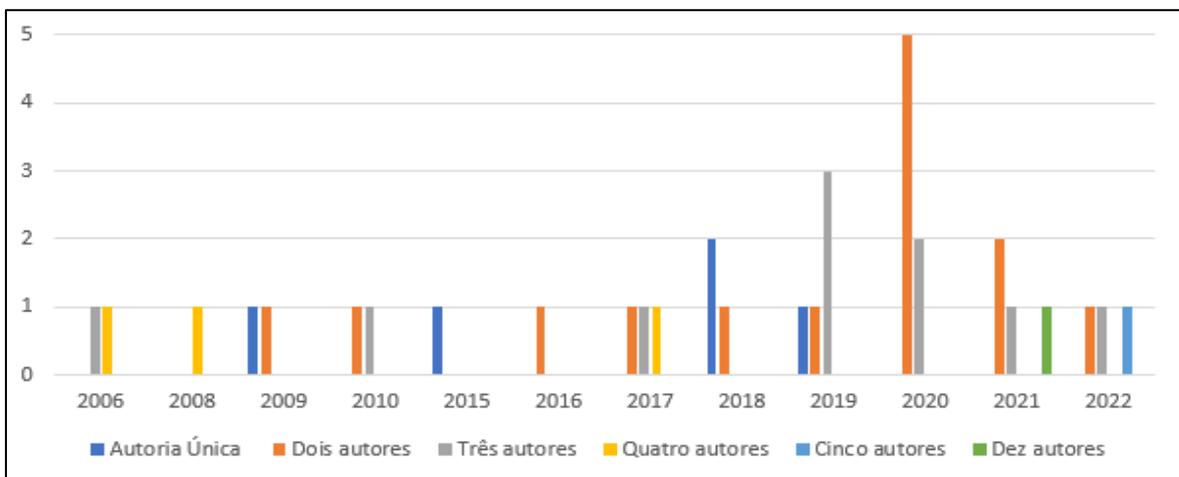


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme pode ser observado na Figura 03, o maior percentual dos estudos publicados em periódicos nacionais refere-se a trabalhos desenvolvidos em mais de uma autoria, o que representa 75% dos trabalhos, já os estudos publicados com única autoria correspondem a 25% dos estudos publicados. Destaca-se o fato de que as publicações com duas e três autorias, representam percentuais de notória expressividade, sendo que com duas autorias correspondem a 25% dos estudos publicados e com três autorias representa 28,13% dos estudos publicados sobre tema em análise.

Na Figura 04, apresentam-se as especificidades das autorias dos trabalhos publicados em periódicos internacionais.

Figura 04. Especificidades das autorias dos trabalhos de periódicos internacionais.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme foi apresentado na Figura 04, é possível entender que em relação as especificidades referentes as autorias nos periódicos do exterior analisados neste estudo, ocorre uma similaridade em relação aos artigos publicados em âmbito nacional, pois, dos trinta e quatro trabalhos publicados nos periódicos internacionais, a grande maioria são com mais de uma autoria, ou seja, 70,59 % dos estudos analisados, são com mais de um autor. Os artigos com duas autorias, se destacam com maior quantidade, o que representa 41,18% do total, já os artigos com três autorias, representa um percentual de 29,41%.

Na Tabela 05, apresentam-se as abordagens metodológicas utilizadas nos estudos publicados nos periódicos nacionais.

Tabela 5. Abordagens metodológicas dos trabalhos de periódicos nacionais.

Metodologia	2007	2008	2009	2012	2013	2014	2015	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Qualitativa	0	1	0	0	0	1	0	4	2	1	5	2	0
Quantitativa	1	0	1	3	0	0	1	1	1	0	0	3	0
Quanti-quali	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No que se refere as abordagens metodológicas que os pesquisadores utilizaram nos trabalhos publicados em periódicos nacionais, é possível compreender a partir das informações demonstradas na Tabela 05, que a abordagem qualitativa foi utilizada com maior frequência, em 50% dos trabalhos, representando dezesseis artigos. Na sequência, se apresenta a abordagem quantitativa com uma ocorrência de 34,38%, com onze trabalhos, enquanto que, a

abordagem quanti-quali teve 15,63%, com cinco artigos.

O gráfico da Figura 05 apresenta as metodologias utilizadas pelos autores que publicaram nos periódicos internacionais.

Tabela 06. Abordagens metodológicas dos trabalhos de periódicos internacionais.

Metodologia	2006	2008	2009	2010	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Qualitativa	0	0	0	2	0	1	0	1	1	2	2	2
Quantitativa	2	1	1	0	0	0	2	0	0	4	1	0
Quanti-quali	0	0	1	0	1	0	1	2	4	1	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com os dados da Tabela 06, constata-se que as abordagens qualitativa e quantitativa foram utilizadas em onze estudos cada, correspondendo a 32,25% do total, já a abordagem quanti-quali foi utilizada em doze estudos, com um percentual de 35,29% da totalidade dos trabalhos publicados nos periódicos internacionais.

Na Figura 05, aplica-se à Lei de Zipf, que pode ser entendida como a verificação da frequência com que as palavras aparecem nos títulos e palavras-chave dos artigos que compõem a revisão bibliométrica (Ferreira, 2010). Nesse sentido, observou-se a partir da nuvem de palavras, quais que tiveram maior frequência nos títulos e palavras-chave, dos trabalhos publicados em periódicos nacionais, em análise neste estudo.

Conforme observa-se na Figura 05, os termos que mais se repetem nos títulos e palavras-chave dos artigos que compõem esta revisão bibliométrica são: Gestão, cooperativas, recursos, governança, capital, modelos, social, política, responsabilidade, desempenho, estratégica, empresa, pública, remuneração, corporativa. Destaca-se que a palavra apareceu com maior frequência foi cooperativa, pois ela aparece 3 vezes. Dessa forma, é possível entender quais os principais temas que estão sendo tratados nos estudos sobre governança corporativa em cooperativas.

Figura 05. Ocorrência de palavras nos títulos e palavras-chave periódicos nacionais.

Corporativa, *governance*, *corporate*, governança, cooperativas, estratégia, *stakeholders*, *corporate* social, organização, administração, econômicos, contabilidade, ambiente, princípios, social e administração. A palavra cooperativa foi a que mais apareceu com uma frequência de 3 vezes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado, teve por objetivo analisar o estágio do desenvolvimento das pesquisas sobre o tema Governança Corporativa em Cooperativas em âmbito nacional e internacional, no período de 2002 a 2022. Foram aplicadas as três leis clássicas da bibliometria para alcançar o objetivo proposto, que são: a Lei de Bradford, que se refere a verificação da produtividade de artigos por periódicos, a Lei de Lotka, em que se verificou a produtividade de trabalhos por autor e também se analisou a relação de palavras que apareceram com maior frequência nos títulos e palavras-chave conforme propõem a Lei de Zipf.

Verificou-se que os estudos publicados sobre Governança Corporativa em Cooperativas, atendem aos preceitos da Lei de Bradford, de acordo com os resultados, um grupo menor de periódicos, concentra um percentual de representatividade de produção de artigos, ou seja, tanto nos periódicos nacionais quanto nos internacionais.

No que se refere a Lei de Lotka, os resultados não demonstraram grande expressividade de produções por uma pequena parcela de autores nas publicações em periódicos nacionais, pois apenas 6,25% dos autores publicaram mais de um artigo, sendo que a maioria dos autores apresentaram um único trabalho publicado no período em análise neste estudo. No que se refere aos estudos publicados em periódicos internacionais, todos os autores publicaram um artigo cada um.

Em se tratando das abordagens metodológicas utilizadas pelos autores em destaque nesta bibliometria, destaca-se que nos estudos publicados em periódicos nacionais, a abordagem mais utilizada foi a qualitativa, já os trabalhos publicados em periódicos internacionais, tanto a abordagem qualitativa quanto a quantitativa

foram utilizadas na mesma proporção e a metodologia quali-quanti, foi a mais utilizada nesses periódicos.

Desse modo, é possível concluir que a temática sobre Governança Corporativa em Cooperativas, é um assunto que vem sendo abordado pela comunidade científica, mas vale ressaltar que essa temática pode ser mais explorada, pois conforme os resultados apresentados, os estudos de periódicos nacionais, 93,75% dos autores publicaram apenas um estudo sobre o assunto em destaque nesta pesquisa bibliométrica, e os estudos publicados em periódicos internacionais, 100% dos autores apresentaram apenas uma publicação.

Para futuros estudos, sugere-se a ampliação das palavras-chave, e a utilização de outras bases de dados para poder explorar a temática sob novas perspectivas e dessa forma fomentar o conhecimento sobre a Governança nas diversas áreas dentro das organizações.

REFERÊNCIAS

Aguilera, R. V., Desender, K., Bednar, M. K., & Lee, J. H. (2015). Connecting the dots: Bringing external corporate governance into the corporate governa. *Academy of Management Annals*, 9(1), 483-573. <https://doi.org/10.1080/19416520.2015.1024503>

Albino, Gawlak. *Cooperativismo: primeiras lições*. Brasília: SESCOOP, 2004.

Almeida, M. A., Santos, J. F. D., Ferreira, L., & Torres, F. J. V. (2010). Governança corporativa e desempenho: um estudo das empresas brasileiras não listadas na Bovespa. In *Congresso USP de Contabilidade e Controladoria* (Vol. 10).

Américo, J. C. Silva, & Caleman, S. M. DE Q. (2018). Governança Corporativa e Conflitos de Agência em Cooperativas Agropecuária. *Revista De Extensão E Estudos Rurais*, 7(1), 141-165. <https://doi.org/10.36363/rever712018141-165>

Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em questão*, 12(1), 11-32.

Barton, D. G. (1989). What is a Cooperative? In: Cobia, David (ed.). *Cooperatives in Agriculture*. New Jersey: Regents/Prentice Hall, Cap. 1, p.1-20.

Bialoskorski Neto, S.; Zylberrszajn, D. (1994). Cooperativismo: economia de empresas e estratégias. *Perspectiva Econômica, São Leopoldo*, v. 29, n. 84.

Bianchi, M. et al. (2009). A evolução e o perfil da governança corporativa no Brasil: um levantamento da produção científica do enanpad entre 1999 e 2008. *ConTexto*,

Porto Alegre, v. 9, n. 15, p. 1-26, 2009.

Brasil. Lei no 5.764, 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov>.

Costa, D. R. M. (2010). Propriedade e decisão de gestão em organizações cooperativas agropecuárias brasileiras. 2010. 133 f. Tese (Doutorado) - Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV - EESP), 2010.

Chhaochharia, V., & Laeven, L. (2009). Corporate governance norms and practices. *Journal of Financial Intermediation*, 18(3), 405-431. <https://doi.org/10.1016/j.jfi.2008.10.001>

Christopher, J. (2010). Corporate governance: A multi-theoretical approach to recognizing the wider influencing forces impacting on organizations. *Critical Perspectives on Accounting*, 21(8), 683-695. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2010.05.002>

Cruz, C. V. O. A., & de Lima, G. A. S. F. (2010). Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 6(1), 85-101.

Da Silva, J. P., Bonfim, M. P., de Souza Gonçalves, R., & Niyama, J. K. (2018). Qualidade do lucro versus governança corporativa: uma análise das companhias de utilidade pública listadas na b3. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(1), 48-76.

Da Silva, T. A., SLEWINSKI, E., SANCHES, S. L. R., & MORAES, R. D. O. (2015). Teoria da Divulgação na Perspectiva da Economia da Informação: Possibilidade de Novos Estudos?

DUBEUX, R.R. O Novo Mercado da Bovespa e a Governança Corporativa. São Paulo: EAESP/FGV. Dissertação de Mestrado, 2001.

Eisenhardt, K. M. (2015). Teoria da agência: uma avaliação e revisão. *Revista de Governança Corporativa*, 2(1).

Ferreira, R. D. N., Santos, A. C. D., Lopes, A. L. M., Nazareth, L. G. C., & Fonseca, R. A. (2013). Governança corporativa, eficiência, produtividade e desempenho. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 14, 134-164.

Ferreira, A. G. C. (2010). Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. *Data Gramma Zero - Rio de Janeiro*, v. 11, n. 3, p. 1-9..

Fontes Filho, J. R.; Marucci, J. C.; Oliveira, M. J. D. Governança cooperativa: participação e representatividade em cooperativas de crédito no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações, Ribeirão Preto*, v. 2, n. 4, p. 107-125, 2008a.

Fontes Filho, J. R.; Ventura, E. C. F.; Oliveira, M. J. D. Governança e participação no contexto das cooperativas de crédito. *Revista de Administração FACES Journal*, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, 2008b.

Forte, L. M. et al. (2015). Determinants of voluntary disclosure: a study in the brazilian banking sector. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 5, n. 2, p. 23-37.

Gomes, A. P. M. (2016). Características da Governança Corporativa como Estímulo à Gestão Fiscal. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(71), 149-168. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201500750>

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). Teoria da contabilidade; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. *São Paulo: Atlas*, 277-297.

Jensen, MC, e Meckling, WH (2019). Teoria da firma: Comportamento gerencial, custos de agência e estrutura de propriedade. Em *Governança Corporativa* (pp. 77-132). Gower.

Kreuzberg, Fernanda e Vicente, Ernesto Fernando Rodrigues. Para Onde Estamos Caminhando? Uma Análise das Pesquisas em Governança Corporativa. *Revista de Administração Contemporânea* [online]. 2019, v. 23, n. 1 [Acessado 6 Agosto 2022], pp. 43-66. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019170381>>. ISSN 1982-7849. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019170381>.

Lousada, M., Garcia, C. L. S., Woida, L. M., Dal'Evedove, P., Garcia, R., & Valentim, M. L. P. (2012, October). Produção científica sobre gestão do conhecimento e gestão da informação no âmbito da ciência da informação: uma aplicação da Lei de Bradford. In *Anales de documentación* (Vol. 15, No. 2). Facultad de Comunicación y Documentación y Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia.

OCB [ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS]. Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa, 2016. Disponível em: <https://anuario.coop.br/> Acessado 29/06/2022.

OCB [ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS]. História do cooperativismo. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo> Acessado 01/08/2022.

Oliveira, J. C. D. (2002). Estudo bibliométrico das publicações de custos em enfermagem no período de 1966 a 2000.

Raupp, Fabiano Maury; Beuren, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa Aplicável às Ciências Sociais in Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Teoria

e prática. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2003

Ribeiro, H. C. M.; Santos, M. C. (2015). Perfil e Evolução da Produção Científica do Tema Governança Corporativa nos periódicos Qualis/Capes Nacionais: Uma Análise Bibliométrica e de Redes Sociais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 18, n. 3, p. 4-27.

Rufino, M. A., & Monte, P. A. D. (2015). Fatores que explicam a divulgação voluntária das 100 empresas com ações mais negociadas na BM&FBovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 9(3).

Silva, A. C. R. (2010). Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas.

Silveira, A. D. M. D. (2010). Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática.

Silveira, A. M. (2004). Governança Corporativa e Estruturas de Propriedade: Determinantes e Relação com o Desempenho de Empresas no Brasil. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Soares, Gianna Maria de Paula (2004). Responsabilidade Social Corporativa: Por uma boa Causa!?. *RAE-eletrônica*, v. 3, n. 2, Art. 23, jul./dez.

Sonza, Igor Bernardi e Kloeckner, Gilberto de Oliveira (2013). A Governança Corporativa Influencia a Eficiência das Empresas Brasileiras? * * Fórum Acadêmico do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), São Paulo, Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças [online]*. v. 25, n. 65 [Acessado 6 Agosto 2022]

Verrecchia, RE (1983). Divulgação discricionária. *Jornal de contabilidade e economia*, 5, 179-194.